



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DA FEDERAÇÃO PSOL-REDE

Projeto de Lei nº4614/2024

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, e a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências.

EMENDA DE PLENÁRIO

O Art. 1º do Projeto de Lei nº 4614/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É requisito obrigatório para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social a apresentação de documento com cadastro biométrico realizado pelo Poder Público, salvo nas seguintes hipóteses, em que deverão ser aplicados critérios alternativos de verificação da identidade, conforme regulamentação do Poder Executivo:

- I – pessoas residentes em municípios ou localidades desprovidas de infraestrutura necessária para a coleta de dados biométricos;
- II – indivíduos pertencentes a comunidades tradicionais, povos indígenas, assentados, quilombolas ou outras populações em situação de vulnerabilidade que enfrentem barreiras específicas ao acesso à biometria;
- III – pacientes internados em instituições hospitalares, casas de repouso ou em condições de saúde que impeçam o deslocamento para a realização do cadastro;
- IV – outras situações excepcionais devidamente justificadas, desde que comprovada a impossibilidade temporária ou definitiva da realização do cadastro biométrico.

Parágrafo único. Para as situações descritas nos incisos acima, o Poder Público deverá adotar mecanismos alternativos para assegurar o acesso aos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DA FEDERAÇÃO PSOL-REDE

benefícios, priorizando medidas que garantam a inclusão social e a redução de barreiras burocráticas. ”

JUSTIFICATIVA

Essa emenda tem como objetivo manter o princípio da eficiência na fiscalização e regular a necessidade de atualização cadastral, mas garantindo que populações em situação de vulnerabilidade não sejam excluídas por barreiras burocráticas ou logísticas.

Não poderemos naturalizar que a título de corte de gastos, se imponham uma série de barreiras burocráticas que dificultem o acesso ao benefício e impliquem em uma redução no número de beneficiários.

Sala das Sessões, em

Deputada Erika Hilton
Líder Federação PSOL/REDE





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Da Sra. Erika Hilton)**

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, e a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD242590994700, nesta ordem:

- 1 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE - LÍDER do Bloco Federação PSOL REDE *-(p_119782)
- 2 Dep. Afonso Motta (PDT/RS) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD *-(p_5870)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

